

VISITA DE COMPREENSÃO

Josaphat Marinho

24 JAN 1998

Q 25

Toda especulação sobre as consequências da visita de João Paulo II a Cuba é precipitada. Erram os radicais de um e outro lado, quando exaltam a personalidade de sua preferência, subestimando a importância do encontro e do diálogo. É cedo para considerar os efeitos do entendimento, no instante em que o papa pisou o solo cubano e Fidel Castro o recebeu educada e condignamente. O pontífice ainda não conhece bem a população da Ilha, seus sentimentos e suas condições de vida. O presidente rebelde à Igreja precisa penetrar mais profundamente na atitude e nas palavras, que se vão desdobrando, do chefe do Vaticano.

Não basta ler que o visitante chegou condenando o comunismo e que o comunista o acolheu relembrando a Inquisição. É insuficiente saber que um reclamou o reconhecimento e a prática dos direitos humanos e o outro apontou condições sociais da existência do povo. Não importa considerar isoladamente o anseio papal no sentido de que cessem “ódios, ressentimentos e divisões”, embora nessa mensagem já seja patente outra visão para o fu-

turo. Irrelevante, também, é ver apenas a denúncia do governante de que “de novo se tenta o genocídio, pretendendo conseguir a rendição pela fome, pela doença e pela asfixia”, para o domínio de nação “mais poderosa”, enquanto aí se vislumbre o apelo à intermediação superior.

É preciso salientar o conjunto de palavras e atos indicativos do desejo de nova forma de coexistência, sem recordação de conflitos. Assim a sentença do papa: “Voltemos nossos olhos para o futuro, não para o que já passou, e saibamos perdoar”. De igual modo a declaração do presidente ao ressaltar que “não haverá nenhum país mais bem preparado” para a “feliz idéia” de paz e justiça, de João Paulo II. Demais, ao pedir que “Cuba se abra com todas as suas magníficas possibilidades ao mundo e que o mundo se abra para Cuba”, de sorte que seu povo “possa ver o futuro com esperança”, o papa reclama concessões bilaterais.

Nesse apelo comum à pacificação, a palavra do chefe da Igreja Católica assume dimensão excepcio-

nal. Não se dirige apenas ao governante cubano. Estende-se ao “mundo”, com a habilidade de não identificar adversários, para pedir à comunidade internacional espírito de compreensão, que permita ao povo de Cuba “ver o futuro com esperança”. Seguramente, a essas manifestações de concórdia outras se seguirão, inclusive decorrentes das conversas reservadas dos dois titulares de poder: o espiritual e o temporal. Não se há de esperar que o conteúdo dessas entrevistas venha inteiramente a público. Não será conveniente, provavelmente, a completa divulgação delas, em benefício de mudanças planejadas, ou propugnadas.

Cumpre relembrar que a visita de agora foi precedida da presença de Fidel Castro ao Vaticano. Esse fato não significou somente a exterioridade do gesto público. Exprimiu o reconhecimento do poder político à expressão da força espiritual da Igreja e de seu chefe. Foi uma luz na escuridão, e que pode agora estar lançando reflexos na própria terra do comunista declarado. Não é correto esperar que tais reflexos se

convertam, de repente, em intensa claridade. O bloqueio econômico subsistente não favorece essa expectativa. Depois, a história não é fértil na revelação de transformações bruscas, onde lavram conflitos ideológicos e de interesses materiais. Ao contrário, tais situações requerem o prolongado esforço de espíritos que se desarmam de preconceitos e desconfianças.

Por isso mesmo, não é construtivo, neste momento, retraçar lembranças amargas, o vinco de divergências passadas. Os católicos assim não prestigiarão o edificante empenho de seu chefe. Os comunistas não ajudarão seu líder a vencer dificuldades e a abrir, sem novos espinhos, aquele caminho do “futuro com esperança”. Quando há autêntico propósito de conciliar e conviver não se recordam antagonismos nem se extremam exigências. Basta a sobriedade, que realça diferenças marcantes. Em jogo o destino de um povo, como no caso de Cuba, a reflexão deve prevalecer sobre a paixão, política ou religiosa.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia